



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACC
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

RUTH KELLY DE LIMA BARROS

Análise da evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das
empresas do setor de energia elétrica do Brasil

Rio de Janeiro

2020

RUTH KELLY DE LIMA BARROS

Análise da evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das empresas brasileiras do setor de energia elétrica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Cláudio Maciel

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que sempre me incentivaram a ser uma pessoa batalhadora e determinada nos objetivos.

Ao meu namorado, que sempre me apoiou nos momentos difíceis e por todas as dicas que recebi nesses quatro maravilhosos anos de faculdade.

Aos professores da UFRJ, por todo conhecimento que me transmitiram nesse período, sem vocês com certeza saberia bem menos do que hoje.

RESUMO

BARROS, Ruth Kelly de Lima. **Análise da evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das empresas brasileiras do setor de energia elétrica.** Rio de Janeiro, 2020. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

As companhias com ações listadas na bolsa de valores devem evidenciar em notas explicativas as provisões e passivos contingentes de acordo com o CPC 25, se atentando ao reconhecimento, mensuração e divulgação dos itens solicitados na norma. Assim sendo, o objetivo dessa pesquisa é analisar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das maiores empresas do setor de energia elétrica do Brasil, considerando seu patrimônio líquido. Desse modo, foi realizada uma pesquisa descritiva e documental, com abordagem qualitativa, analisando as demonstrações financeiras e formulário de referência de 2019 das empresas da amostra. Foi constatado que as empresas analisadas respeitam a maior parte da norma, porém encontram dificuldades em alguns critérios estabelecidos.

Palavras-Chave: Passivo contingente, Provisão, Setor de Energia Elétrica, Evidenciação.

ABSTRACT

Companies with shares listed on the stock exchange must show in the explanatory notes the provisions and contingent liabilities in accordance with CPC 25, paying attention to the recognition, measurement and disclosure of the items requested in the standard. Therefore, the objective of this research is to analyze the disclosure of provisions and contingent liabilities of the largest companies in the electricity sector in Brazil, considering their net worth. Thus, a descriptive and documentary research was carried out, with a qualitative approach, analyzing the financial statements and reference form of 2019 of the companies in the sample. It was found that the analyzed companies respect most of the standard, however they encounter difficulties in some established criteria.

Key words: Contingent liabilities, Provision, Electricity Sector, Disclosure.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 DEFINIÇÃO DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	6
2.2 ESTUDOS RELACIONADOS	7
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	8
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	9
4.1 ELETROBRÁS	10
4.2 NEOENERGIA	11
4.3 COPEL	12
4.4 CEMIG.....	13
4.5 ISA CTEEP.....	14
4.6 CPFL.....	15
4.7 EDP	16
4.8 Análise Comparativa	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
6. REFERÊNCIAS	20

1. INTRODUÇÃO

Devido a globalização da economia, surgiu a necessidade de se padronizar a contabilidade brasileira com às normas internacionais de contabilidade, com o propósito de proporcionar mais transparência nos demonstrativos, a fim de facilitar a compreensão e interpretação das informações contábeis por parte dos usuários. Para tal, foram instituídas as leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, as quais vieram alterar a lei nº 6.404/76. Seguindo essa adequação das normas internacionais foi criado também o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC).

Provisão é um passivo de prazo ou valor incertos, já o passivo contingente é caracterizado por ser uma obrigação possível, cuja existência depende de eventos futuros, onde o desfecho é incerto. Pela necessidade de gerar informações que atestem sua posição econômica e financeira em certos períodos específicos de tempo, as empresas não podem aguardar eventos futuros para definirem obrigações ocorridas no passado (Farias, 2006).

Dentre os pronunciamentos contábeis, daremos enfoque, nesse estudo, para o pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, que por meio da deliberação nº 594/09, a CVM regula sua evidenciação para companhias abertas. A norma define os critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que as informações sejam divulgadas de forma suficiente nas notas explicativas para que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Dado o exposto, o presente estudo busca responder a seguinte questão: as companhias do segmento de energia elétrica, listadas e negociadas na B3, estão evidenciando, conforme estabelecido pelos órgãos reguladores, as informações referentes às provisões e passivos contingentes?

O objetivo dessa pesquisa é analisar se as maiores empresas do segmento de energia elétrica estão divulgando as provisões e passivos contingentes conforme estabelecido pelo CPC 25 visando contribuir com o aprimoramento das informações contábeis geradas pelas companhias.

Além da introdução, constam nesse trabalho os seguintes tópicos: referencial teórico, procedimentos metodológicos, dados obtidos e as análises dos resultados, considerações finais e referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico serão apresentados os dados que embasarão o estudo.

2.1 DEFINIÇÃO DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, revogou a Deliberação nº 489, de 03 de outubro de 2005, e tornou obrigatória para as companhias abertas, para o exercício a partir de 2010, a aplicação do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Normalmente os passivos são compostos por obrigações certas, onde baseados em documentação não deixam incertezas quanto ao prazo de pagamento. No entanto, existem alguns passivos que não seguem os parâmetros apontados anteriormente, que é o caso das provisões, definidas pelo CPC 25 como sendo um passivo de valor ou prazo incerto. Já os passivos contingentes não são contabilizados visto que são obrigações possíveis onde a estimativa do valor não pode ser mensurada com suficiente confiabilidade.

O CPC 25 informa que a provisão só deve ser reconhecida quando satisfazer os seguintes pontos:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Entende-se como estimativa confiável do valor da obrigação aquela que a entidade pagaria para liquidar na data do balanço. Outro ponto importante é que as provisões devem ser reavaliadas periodicamente e ajustadas, caso necessário, para refletir a melhor estimativa corrente. Se a provisão não se caracterizar mais como provável, deverá ser revertida. Quando for utilizado o desconto a valor presente, o aumento do valor contábil pela passagem do tempo, deverá ser reconhecido como despesa financeira.

Conforme o CPC 25 (2009, p.4), os passivos contingentes são definidos como:

- (a) Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Os passivos contingentes são caracterizados por uma saída de recursos possíveis, mas não prováveis. A companhia não o reconhece como um passivo, porém deve divulgar em nota explicativa. No entanto, quando a possibilidade de saída de recursos for remota, a divulgação não é necessária. Os passivos contingentes também devem ser avaliados periodicamente, para que a entidade reflita a melhor estimativa na data do balanço.

Para facilitar o entendimento sobre o reconhecimento e tratamento contábil das provisões e passivos contingentes, foi elaborado um quadro resumo:

Quadro 1: Definição e tratamento contábil das provisões e passivos contingentes.

Probabilidade de ocorrência do desembolso	Definição	Tratamento contábil
Provável	Quando há grande chance de uma saída de recursos e é mensurável por meio de estimativa confiável	Uma provisão é reconhecida e divulgada em notas explicativas
Possível	Quando é mais provável que não tenha saída de recursos do que sim ou quando não é mensurável por inexistência de estimativa confiável.	Divulgação em notas explicativas.
Remota	Quando a chance de saída de recursos é pequena.	Não divulga em notas explicativas.

Fonte: Adaptado CPC 25

2.2 ESTUDOS RELACIONADOS

Diversos estudos foram realizados com a finalidade de verificar a aplicação do CPC 25. Farias (2004) elaborou uma pesquisa onde buscou verificar se as divulgações dos passivos contingentes estão seguindo as normas recomendadas nas empresas dos setores químico e petroquímico brasileiras. Os resultados indicam que a maior parte das empresas reconhece os passivos contingentes de forma correta, no entanto em algumas empresas as notas explicativas não informaram sobre vários aspectos recomendados na norma.

Caetano et al. (2010) observou se as empresas do setor de papel e celulose de capital aberto seguiram as normas mínimas de evidenciação recomendadas pelos órgãos normativos nacionais. Foi constatado que as companhias divulgaram os passivos contingentes, porém os critérios de divulgação e avaliação das contingências foi insuficiente para atender as exigências impostas pelas normas contábeis brasileiras.

Silva (2014) buscou identificar o cumprimento das normas de evidenciação das provisões e passivos contingentes em empresas do segmento de material ferroviário. Foi possível concluir que as empresas listadas na B3 estão seguindo as normas mínimas de evidenciação do passivo contingente conforme estabelecido pelo CPC 25.

Silveira (2017) desenvolveu um estudo semelhante aos demais onde o objetivo foi o de analisar o cumprimento das exigências mínimas do CPC 25 e demais normas, em companhias do setor varejista. Foi constatado que as empresas não estão cumprindo com as práticas impostas pelas normas contábeis brasileiras.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto a abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pelo fato de ser focada na compreensão e esclarecimentos dos problemas, tendo aspectos complexos que não podem ser mensurados numericamente (RICHARDISON, 1999).

No que se refere aos objetivos, a pesquisa é descritiva, uma vez que visa apresentar as características de determinada população ou fenômeno, podendo estabelecer a natureza das relações entre variáveis (GIL, 2008).

Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa documental, onde segundo Richardson (1999, p.230), “visa estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”.

O setor elétrico foi selecionado por se tratar de um segmento regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que exige maior nível de divulgação em seus relatórios. Foram selecionadas as empresas classificadas pela B3 como companhias do subsetor energia elétrica, dentro do setor de utilidade pública. A amostra envolve sete empresas com maior patrimônio do subsetor escolhido: Eletrobrás, Neoenergia S.A., COPEL, CEMIG, ISA CTEEP, CPFL Energia S.A. e EDP Energias do Brasil S.A..

Foram examinados os formulários de referência, demonstrações financeiras e notas explicativas das empresas mencionadas referentes a 2019. A coleta aos dados foi via internet, no site da bolsa de valores e site de relação com investidores de cada empresa da amostra. Para analisar as informações, foi elaborado um checklist baseado nos critérios definidos de acordo com o CPC-25, conforme quadro 2. Sua elaboração foi fundamentada nos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes.

O formulário de referência é um documento exigido, pela CVM, e deve ser atualizado anualmente pelas empresas de capital aberto. É um relatório padronizado e deve ser atualizado anualmente. Dentre os diversos tópicos contidos nesse relatório, para o objetivo dessa pesquisa, vai ser analisado o capítulo de fatores de risco.

Quadro 2 - Checklist para coleta e análise dos dados

Classe	Checklist conforme CPC-25
Provisões	Reconhecimento
	Representa uma obrigação presente como resultado de evento passado?
	É provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação?
	Pode ser realizada uma estimativa confiável da obrigação?
	Mensuração
	O montante reconhecido se trata da melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação?
	As estimativas do desfecho e do efeito financeiro estão definidas pelo julgamento da administração, pela experiência de transações semelhantes ou por relatórios de perícia?
	Os valores foram reavaliados e ajustados na data do balanço?
	Divulgação
	Divulgam o valor contábil no início e no fim do período?
	Apresentam as provisões adicionais, incluindo aumentos nas provisões existentes?
	Divulgam os valores utilizados e os que não utilizados revertidos durante o período?
	Evidenciam o Aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto?
	Divulgam um cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos futuros?
	Apresentam uma breve descrição de cada classe por natureza?
Apresentam o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado?	
Divulgam as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros?	
Passivos Contingentes	Comunicam uma pequena descrição do passivo contingente?
	Divulgam a estimativa de seu efeito financeiro quando praticável?
	Evidenciam as incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?
	Apresentam a possibilidade de qualquer reembolso?

Fonte: Elaboração própria com base no CPC 25.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesse tópico, serão apresentados os resultados das análises descritivas de cada empresa da amostra individualmente, tendo como base o quadro 2. Na primeira análise, foi observado os

procedimentos utilizados por cada companhia. Na sequência serão expostas as análises comparativas entre as companhias selecionadas.

4.1 ELETROBRÁS

A Eletrobrás é a maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina, operante no segmento de geração, transmissão e comercialização. Em dezembro de 2019 a empresa registrou lucro líquido de R\$ 10.744 milhões de reais, menor que o registrado em 2018 devido principalmente a impactos não recorrentes em 2018.

As provisões que compõem o passivo da Eletrobrás são de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias. Conforme observado nas notas explicativas a companhia apenas reconhece as provisões quando estas se configuram como uma perda considerada provável, com estimativa confiável, conforme julgamento de especialistas e da administração. Os montantes do início e fim do período foram divulgados, bem como o montante referente a atualização monetária.

Os processos de natureza cíveis, que representam 92% das provisões reconhecidas, são decorrentes de reclamação de correção monetária sobre o Empréstimo Compulsório, processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e outros. Já as provisões trabalhistas, que representam 7%, são decorrem de relações de trabalho e emprego. Os de natureza tributária, apenas 1% do total, são ligados a compensações não homologadas de Pis e Cofins.

Os passivos contingentes, aqueles com probabilidade de perda possível, são divulgados em notas explicativas. A companhia, divulga a descrição da natureza e estimativa de efeito financeiro, evidenciando as incertezas quanto a esses montantes. Os passivos contingentes são de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias. Os processos cíveis decorrem principalmente de estimativas adicionais as reclamações de correção monetárias sobre o empréstimo compulsório. Os de natureza tributária decorrem principalmente de diferenças nos recolhimentos de Pis/Cofins, IR e CSLL e ICMS. Já na esfera trabalhista decorre principalmente de questões envolvendo sindicatos.

No formulário de referência, na parte de fatores de risco, a companhia divulgou detalhes das provisões referentes a empréstimos compulsórios realizados entre 1962 a 1993, que representam o maior montante de suas provisões no valor de R\$ 17.562 milhões de reais. Adicionalmente, a Eletrobrás estima que, caso o processo siga desfavorável para a mesma, a perda nesse processo pode ocasionar um montante na casa dos R\$ 11 bilhões de reais, porém, com base nas informações atuais, a entidade considera a probabilidade de perda associada a essas demandas como possível. O FRE trouxe uma riqueza de informações sobre cada ação, especificando os principais fatos, datas, a chance de perda e o montante de cada processo.

Foi observado na DF da Eletrobrás, apenas os processos classificados como perda provável e possível, não citando os processos de probabilidade remota. Também foi verificado que nem todos os processos foram detalhados, tanto das provisões como dos passivos contingentes nas demonstrações financeiras. No entanto, o formulário de referência trouxe as informações bem detalhadas de cada ação, assim como informações até sobre processos classificados com probabilidade remota de perda. Não foi identificado nenhuma possibilidade de reembolso, nem o cronograma esperado de saída de recursos e as principais premissas em relação a eventos futuros.

4.2 NEOENERGIA

A Neoenergia é uma companhia de capital aberto, que está presente em dezoito estados brasileiros e atua como holding, com participação majoritária no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. A empresa encerrou 2019 com um lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões de reais.

Na constituição das suas provisões, a Neoenergia, considera a opinião dos assessores jurídicos quanto a possibilidade de êxito e é reconhecida quando a perda for avaliada como provável. Os tipos são trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e outros. Os saldos no início e fim do período foram divulgados, bem como adições e reversões e atualização monetária.

Os processos cíveis representam 40% das contingências reconhecidas, e são referentes a ações de natureza comercial e indenizatória envolvendo repetição de indébito, danos materiais e morais, entre outros. As ações de natureza trabalhista, representam 31% do total, são referentes a questões de hora extra, adicional de periculosidade, cobranças de parcelas indenizatórias e outras, movidas por empregados e ex-empregados contra as controladas e ex-empregados de seus empreiteiros. As ações fiscais, representam 11% são referentes a ações tributárias e impugnação de cobranças, intimações e autos de infração fiscal. Dentre as ações regulatórias, que representam 1% são referentes a questões comerciais, indicadores de continuidade técnica do serviço e outros, movidas por distribuidoras. O grupo de outras, que representam 17%, são referentes a questões ambientais, acerca dos gastos sobre impactos ambientais, desmantelamento e ressarcimento, sendo o primeiro sobre custos de desmobilização de plantas e parques eólicos e o segundo sobre os contratos de energia contratual.

As contingências avaliadas como possibilidade de perda possível, são apenas divulgadas em notas explicativas. Os montantes no início e fim do período são divulgados. Os processos são de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais sendo a descrição observada nas notas explicativas a mesma para as provisões. Adicionalmente, a companhia divulgou uma contingência referente a ação “baixa renda” que tem o objetivo de desconsiderar regulamentação da ANEEL. Essa ação foi

classificada como perda possível, porém como a companhia não conseguiu mensurar o valor de forma confiável, apenas evidenciou a existência da mesma. Além das ações descritas no parágrafo anterior para os processos fiscais, a companhia tem ações referentes a não adição da despesa de amortização da mais-valia nas bases de cálculo de imposto e falta de retenção de IR sobre o pagamento de juros sobre capital próprio.

No Formulário de Referência foi divulgado detalhamento dos processos relevantes, tanto das prováveis, possíveis como remotas também. O processo de maior montante é uma ação sigilosa, e tem por objeto o fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas. O valor provisionado em 2019 foi de R\$ 196.908 milhões de reais.

A Neoenergia reconheceu e divulgou as provisões e os passivos contingentes conforme estabelecido em norma. No entanto, não foi identificado em nota explicativa, nem no formulário de referência, o cronograma esperado de desembolsos, as principais premissas em relação a eventos futuros e nenhuma possibilidade de desembolso divulgada.

4.3 COPEL

A Copel é uma companhia de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná e de capital aberto. Suas principais atividades são pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. A Copel apurou lucro líquido em 2019 de R\$ 2.063 milhões de reais.

A administração da companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis. A Copel acredita não ser possível fornecer informações sobre o cronograma de saídas de recursos da entidade, por isso essa informação não foi divulgada. Os tipos de ações que compõem as provisões são fiscais, cíveis, trabalhistas, benefícios a empregados e regulatórias. Os saldos no início e fim do período, bem como adições e reversões e quitações foram divulgados.

As ações do tipo trabalhistas, que representam 42% do total de provisões, são referentes a questões de salário e emprego, movidas por empregados e ex-empregados da Copel e suas controladas e ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas. As ações enquadradas em benefício a empregados, que representam 5%, decorrem de atos reclamatórios movidos por empregados e ex-empregados contra a fundação Copel. Os processos cíveis, que representam 37%, decorrem de ações de direito administrativo, servidão de passagem, desapropriações e patrimoniais, reclamações de consumidores e ambientais. Por fim, as ações regulatórias, que representam 5%, decorrem principalmente de eventuais descumprimentos de normas regulatórias.

Os passivos contingentes, aqueles com possibilidade de perdas classificada como possíveis, derivadas de eventos passados e classificado como obrigação presente da entidade, são apenas divulgados em notas explicativas. Os tipos são os mesmos das provisões, sendo as ações trabalhistas e benefícios a empregados com a mesma descrição. Os tipos fiscais, decorrem de ações relativas a incidência de impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais. Já as ações cíveis, são referentes a demandas que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, multas contratuais, indenizações e outros. As ações regulatórias, decorrem principalmente de notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias.

A companhia divulgou no formulário de referência os detalhes dos processos que considera mais relevante. A empresa utilizou o valor de R\$ 25 milhões de reais para o grau de relevância. O maior processo provisionado é de R\$ 119 milhões e se trata de ação de impedimento arbitral devido ao não cumprimento do termo de compromisso e proposta vinculante, sendo o autor do processo um fundo de investimento.

A Copel reconheceu as provisões e divulgou os passivos contingentes conforme estabelecido em norma, fornecendo descrição de ambos em notas explicativas. A companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas as ações as quais respondem. Adicionalmente, não foi identificado a possibilidade de reembolso. Não foi encontrado informações relevantes no formulário de referência.

4.4 CEMIG

A Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), é uma sociedade por ações de capital aberto. Foi construída com o propósito de atuar como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividade nos diferentes campos de energia. A companhia registrou um lucro líquido em 2019 de R\$ 2.552 milhões de reais.

As provisões reconhecidas em suas demonstrações são de natureza trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e outras, assim como os passivos contingentes. A CEMIG apresentou um rico detalhamento das suas contingências, inclusive evidenciando provisões com passivos contingentes vinculados.

Dentre as provisões reconhecidas, as de natureza tributária, que representam 67% do total, são referentes a principalmente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e incidência de outros tributos e impostos. Já as questões

trabalhistas, que correspondem a 26% do total, decorrem de reclamações movidas por empregados e ex-empregados sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diretos e outros. As questões cíveis, que representam apenas 2% do total, são referentes a indenizações por danos morais relativas a irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas. As ações regulatórias, que representam 2%, e outros, que representam 3%, são referentes principalmente a majoração tarifária e supostos descumprimentos contratuais relativos a implementação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos.

Adicionalmente as questões apresentadas, os processos classificados como possíveis são decorrentes também na esfera tributária de não recolhimento de imposto sobre indenização de anuênio, contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas e não homologação da compensação de créditos tributários. Na esfera regulatória, decorrem de questões contratuais, critérios de contabilização de operações com venda de energia e majoração tarifária. Em outros, os processos decorrem de questões ambientais e supostos descumprimentos contratuais.

No formulário de referência a companhia divulgou, todos os processos classificados como relevantes. Os processos de maior relevância são da parte tributária e são referentes a não recolhimento de contribuição à seguridade social e contribuições previdenciárias, juntos esses dois processos somam a quantia de R\$ 809.844 milhões de reais.

A CEMIG divulgou um rico detalhamento das suas contingências. A companhia concluiu não ser praticável, tendo em vista os prazos e dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, fornecer informações sobre o cronograma esperado de saída de recursos, bem como quaisquer possibilidades de reembolsos. Também foi divulgado, os valores no início e fim do período assim como adições, reversões e liquidações.

4.5 ISA CTEEP

A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro. A companhia, por meio de suas controladas atua em 17 estados do País e é responsável por 33% de toda a energia elétrica transmitida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). A companhia apurou lucro líquido de R\$ 1.222 milhões de reais em 2019.

A ISA CTEEP reconhece as provisões avaliadas e classificadas como perda provável conforme julgamento da administração e especialistas. Os passivos contingentes, aqueles com possibilidade de perda possível, são apenas divulgados em notas explicativas. Adicionalmente, a companhia também divulga as contingências com possibilidade de acontecer. As ações são de natureza trabalhistas, cíveis, tributárias, previdenciários e outros.

As ações na esfera civil, que correspondem a 11% do total das provisões, decorrem de questões imobiliárias, indenizações, cobranças anulatórias e sobre o negócio da entidade. Os processos trabalhistas, que representam 88% do total das provisões, são referentes a questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. As questões trabalhistas, correspondentes a 1% do total das provisões, decorrem de cobrança de impostos. As ações configuradas como outros, que representam menos de 1%, não teve descrição divulgada em nota explicativa.

Os passivos contingentes de natureza trabalhistas, previdenciárias e uma parte dos cíveis não teve nenhuma descrição divulgada. A parte divulgada de natureza cíveis, decorrem de questões sobre a nulidade de incorporação da EPTE pela ISA CTEEP e cobranças da Ace Seguradora por uma suposta responsabilidade da entidade sobre graves danos em equipamentos da mesma. As questões tributárias, são relacionadas a autos de infração relacionados a amortização de ágio. Já as questões classificadas como remota são decorrentes de questões tributárias.

No formulário de referência a companhia divulgou, todos os processos classificados como relevantes bem como fatos já ocorridos e informações detalhadas dessas contingências. Os processos de maior relevância são da parte trabalhista. A companhia não divulgou o detalhamento desses processos no formulário.

A companhia, conforme observado em nota explicativa, reconheceu e divulgou as contingências que foram classificadas como perda provável, e apenas divulgou aquelas classificadas como possível. Os valores no início e fim de período foram divulgados, bem como as adições, reversões liquidações e atualizações monetárias. Não foi observado quaisquer possibilidades de reembolso e nem o cronograma esperado de saída de recursos.

4.6 CPFL

A CPFL é uma holding, que por meio de suas subsidiárias, distribui, gera e comercializa energia elétrica no Brasil, assim como provê serviços relacionados ao setor elétrico. A companhia apurou no ano de 2019 lucro líquido de R\$ 2.748 milhões de reais.

A CPFL, reconheceu as provisões quando estas foram avaliadas como prováveis de perda, com base na avaliação dos assessores legais externos e da administração do grupo. Já os passivos contingentes, aqueles que a administração classificou com probabilidade de perda possível, com base no julgamento dos consultores jurídicos apenas foi divulgado. Os processos são de natureza trabalhistas, cíveis, fiscais e outros.

As provisões do tipo cíveis, que representam 41% do total, são relacionados a danos pessoais em sua maioria. A esfera trabalhista, que corresponde a 39%, as ações são referentes as

reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais. Os processos fiscais, que representam 9%, são relacionados as questões fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT Pis e Cofins. O grupo de outros, que representam 11% do total, são principalmente de natureza regulatória.

Os passivos contingentes de natureza trabalhista, decorrem de acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras. Os processos cíveis, são referentes a danos morais e majoração tarifária. As ações regulatórias, são principalmente referentes a fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira. Já os tipos fiscais, decorrem de imposto de renda e CSLL, onde é discutido dedutibilidade e recolhimento sobre ganho de capital, e incidência de INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS.

O formulário de referência faz apenas breve descrição acerca dos processos. Não houve, como nas demais empresas, as informações referentes aos fatos já ocorridos, bem como detalhes do processo.

A CPFL reconheceu as provisões, quando estas foram avaliadas como probabilidade de perda provável na opinião de assessores legais externos e da administração do grupo. Os passivos contingentes foram apenas divulgados. A companhia divulgou os valores no início e fim do período e para as provisões divulgou também as adições, reversões, pagamentos e atualização monetária. Para cada tipo de contingência, foi divulgado uma breve descrição. Não foi identificado quaisquer possibilidades de reembolso bem como o cronograma esperado de saída de recursos.

4.7 EDP

A EDP Energias do Brasil é uma holding que detém investimentos nos segmentos de geração, distribuição, comercialização, transmissão, e serviços de energia elétrica. A companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.388 milhões de reais em 2019.

A EDP, tem provisões relacionadas a processos cíveis, trabalhistas, regulatórios, fiscais e outros, bem como os passivos contingentes. A companhia e suas controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as contingências como prováveis, onde constituíram a provisão, e possíveis, apenas reconhecimento em nota explicativa dos passivos contingentes.

As ações cíveis, que representam 42% das provisões, decorrem principalmente a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, indenizações e desapropriações. Já os processos trabalhistas, que representam 23% do total, são referentes principalmente a questões de pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial. As ações fiscais, que representam 3%, são referentes a cobrança de impostos e contribuições e discussão sobre os créditos de ICMS utilizados pela empresa. Os processos regulatórios, representam 2%, e

outros 30%, decorrem de autos de infração outorgados pela ANEEL e o grupo de outros decorrem de licenças ambientais, desmantelamento e contraprestação contingente.

Dentre os passivos contingentes, as ações trabalhistas são referentes a principalmente equiparação salarial, horas extras, indenizações por danos morais, dentre outros. Já os processos do tipo cível, decorrem de desequilíbrio contratual, indenizações e desapropriações. As ações de natureza fiscais, são referentes a compensações de IR, créditos de ICMS, cobrança de tributos. Não foi identificado a descrição dos passivos contingentes de natureza regulatória. Adicionalmente, a companhia julgou necessário a divulgação de uma contingência fiscal classificada como probabilidade remota de acontecer, devido ao fato gerador estar a decorrer, e pela materialidade dos saldos.

O formulário de referência descreveu, em detalhes, as ações com maior relevância para a empresa em dezembro de 2019, do mesmo modo que as demonstrações financeiras da companhia. A EDP divulgou com detalhamento a descrição das provisões e passivos contingentes e ainda divulgou as contingências classificadas como remota. Não foi identificado as informações referentes ao cronograma esperado de saída de recursos, nem as premissas adotadas em relação a eventos futuros e possibilidade de reembolso.

Todas as companhias apenas reconheceram a provisão daqueles processos configurados como perda provável com mensuração confiável, bem como adicionaram os valores no início e fim do período, adições e reversões e atualização monetária. Sobre a descrição da natureza, apenas a CTEEP não detalhou os processos que integravam o grupo “outros”, tanto das provisões como dos passivos contingentes. Nenhuma das companhias da amostra divulgou um cronograma com a expectativa de saídas de recursos nem as premissas adotadas em relação a eventos futuros. Também não foi identificado a possibilidade de reembolso para os passivos contingentes.

O formulário de referência conteve as informações sobre cada processo relevante de todas as companhias, com a classificação de provável, possível e remota, bem como os valores monetários de cada contingência, e detalhamento dos fatos ocorridos até a data de dezembro de 2019.

4.8 Análise Comparativa

Para fazer a análise comparativa, primeiramente vai ser demonstrado abaixo, a porcentagem de provisões em relação ao passivo total de cada empresa da amostra.

Quadro 3 – Análise vertical das provisões

Análise Vertical das Provisões			
Empresas	Passivo Total	Provisões	%
Eletrobrás	106.072.569	25.246.426	24%
Neoenergia	34.956.045	1.291.937	4%
Copel	20.714.338	1.606.713	8%
CEMIG	34.036.187	1.888.064	6%
CTEEP	7.837.487	62.367	1%
CPFL	30.795.055	600.775	2%
EDP	17.157.472	563.847	3%

Fonte: Elaboração própria.

Conforme o quadro 3, é possível verificar que a representação das provisões no passivo total das companhias na maioria das empresas fica abaixo dos 10%, com exceção da Eletrobrás que as provisões representam 24% do passivo total da empresa. É importante salientar que entre as naturezas das provisões, os processos cíveis representam 79% do volume total, seguido de trabalhistas com 12% e tributárias com 6%. A porcentagem restante se divide em regulatória e outros. No entanto, quando olhamos individualmente, as maiores provisões da Copel e CEMIG foram trabalhistas, seguidas de cíveis e fiscais diferentemente das demais empresas analisadas do setor elétrico.

Abaixo, no quadro 4, vai ser apresentado a análise da participação dos passivos contingentes no passivo total das empresas.

Quadro 4 – Análise vertical dos passivos contingentes.

Análise Vertical dos passivos contingentes			
Empresas	Passivo Total	Passivos Contingentes	%
Eletrobrás	106.072.569	49.849.489	47%
Neoenergia	34.956.045	8.051.538	23%
Copel	20.714.338	3.485.149	17%
CEMIG	34.036.187	6.885.896	20%
CTEEP	7.837.487	612.961	8%
CPFL	30.795.055	9.479.966	31%
EDP	17.157.472	2.721.887	16%

Fonte: Elaboração própria.

Ao observar o quadro 4, podemos concluir que não há um padrão entre as empresas do mesmo setor sobre suas contingências. As empresas no geral divulgam passivos contingentes significativos quando relacionados ao passivo total. Nos extremos, a CTEEP tem 8% sendo a

companhia da amostra com o menor valor de passivo contingente em relação ao passivo total e a Eletrobrás, apesar de ter o maior patrimônio e passivo entre as companhias da amostra, é a que tem a maior porcentagem de passivos contingentes, um total de 47% em relação ao passivo total.

A partir da pesquisa feita, nas demonstrações financeiras de 2019 das sete empresas analisadas, com base no checklist elaborado segundo o CPC-25 visando os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, pôde-se observar que todas as companhias da amostra estão cumprindo a maior da norma, a respeito das fases de reconhecimento e mensuração.

Como ponto negativo, a CTEEP não descreveu o grupo “outros” de provisões e a maior parte dos passivos contingentes, conforme solicitava a norma. A EDP, também não divulgou descrição dos processos de tipo regulatório classificados como passivos contingentes. No CPC-25 consta que as empresas devem divulgar uma breve descrição para cada natureza de provisão e passivo contingente.

Com relação a divulgação, não foi identificado em nenhuma das empresas da amostra a divulgação de um cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes das provisões. A Copel e a CEMIG acreditam ser impraticável definir um cronograma tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório. Adicionalmente, nenhuma das empresas divulgou a possibilidade de reembolso nem as premissas adotadas para eventos futuros, conforme solicitado pela norma.

Apesar de todas as empresas cumpram a maior parte das exigências do CPC-25, destaca-se que o nível de detalhamento nas demonstrações financeiras das companhias da amostra se diferencia quanto aos processos vinculados aos tipos de natureza e o montante de informações em cada empresa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das principais empresas do setor de energia elétrica listadas na B3, conforme CPC 25 instituído pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Através das análises feitas, com base nas notas explicativas das empresas que compõem a amostra, constatou-se ao fim da pesquisa que o grau de evidenciação e divulgação das provisões e dos passivos contingentes foram bastante significativos. No entanto, não foi identificado um cronograma esperado de saída de recursos, o montante esperado de reembolso e premissas utilizadas para eventos futuros.

As empresas apresentaram uma média de 12% na relação entre provisões e total dos passivos, já os passivos contingentes representaram em média 32% do passivo conforme as demonstrações financeiras analisadas. Desse modo, os passivos contingentes são 2,5 vezes maiores que os montantes das provisões reconhecidas no passivo.

É importante salientar que a Eletrobrás, que possui o maior patrimônio dentre as empresas da amostra apresentou 24% na relação entre provisões e passivo total, e 47% de passivos contingentes em relação ao passivo total. Sem a Eletrobrás, a média exposta na relação entre provisões e total dos passivos cai para 4%, o que fica parecido com os estudos realizados entre outros setores listados na B3, já a média dos passivos contingentes cai para 21%, representando uma parcela representativa e é mais alto do que os setores de estudos relacionados.

Conforme o exposto, a norma utilizada como base na elaboração das demonstrações financeiras das empresas solicita informações onde as entidades não conseguem seguir, pois trata-se de processos ainda em andamento. Portanto, a pesquisa sugere que deve ser feita uma revisão da norma, na parte de premissas relacionadas a eventos futuros e o cronograma esperado de saídas de recursos, de tal forma que as companhias consigam atender com confiabilidade aos critérios estabelecidos.

Como limitação desse estudo, pode-se citar que as conclusões obtidas foram com base na amostra da pesquisa e não pode ser generalizada para outras empresas do setor. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra para outros setores bem como comparação dessa pesquisa em anos subsequentes.

6. REFERÊNCIAS

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2014.pdf> Acesso em: 25 Abril.2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução CFC n. 2017/NBTG25(R2). Aprova a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG25\(R2\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG25(R2).pdf)>. Acesso em: 25 Abril.2020.

IAS 37. International Accounting Standards n. 37. In: International Accounting Standards. London: IASB, 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. Deliberação 594/09. Brasília: CVM, 2009. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0500/deli594.html>>. Acesso em: 02 Maio. 2020.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASI - IBRACON. NPC n° 22. Brasília: IBRACON, 2005. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=140>>. Acesso em: 02 Maio.2020

FARIAS, M. R. S. **Divulgação do passivo**: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro. São Paulo: USP, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012006-121101/publico/DissertVFinalBibliotecaUSP.pdf>>. Acesso em: 05 Maio.2020.

CAETANO, Thalita P. et al. Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um Estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/432.pdf>>. Acesso em: 05 Maio.2020.

SILVA, Leonardo M. F. Evidenciação das Provisões e Passivos Contingentes nas Demonstrações Contábeis em Empresas de Material Rodoviário. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140596>> . Acesso em: 05 Maio. 2020.

Silveira, Eduardo da Silva. Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões e passivos contingentes em companhias do varejo. Porto Alegre, 2017. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182982>>. Acesso em: 06 Maio.2020.

FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2018.

RICHARDSON, Jarry Richardson. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIAS, M. R. S. Bases Conceituais e Normativas Para Reconhecimento e Divulgação do Passivo Contingente: Um Estudo Empírico no Setor Químico e Petroquímico Brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo, 2006. Disponível em:
<<https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos62006/477.pdf>> . Acesso em: 15 Maio. 2020.